

MADALENA CALLÉ LUCAS

Moraís Leitão, Galvão Teles,  
Soares da Silva & Associados



## Copenhaga: o palco das intenções

A União Europeia (UE) ambicionava alcançar na Cimeira de Copenhaga um acordo que definisse os seguintes aspectos-chave: compromissos de redução de emissões de poluentes pelos países desenvolvidos, ações a adotar pelos países em desenvolvimento e pacote de financiamento pós-2012. O resultado das negociações ficou bastante aquém daquele objetivo. E não foi apenas a UE que abandonou a capital dinamarquesa desapontada. Na verdade nenhum dos Estados ficou inteiramente satisfeito com o desfecho obtido.

A decisão plenária de sábado de manhã de "tomar nota do Acordo de Copenhaga" não resultou numa extensão de Quloto nem num novo acordo global climático para 2013. O Acordo traduz-se num mero compromisso político que, lamentavelmente, não obriga ao cumprimento do que prevê. Sempre se poderá vir a acordar um regime climático global no futuro, mas a oportunidade de tal acontecer agora em Copenhaga perdeu-se.

O desentendimento dos Estados foi constante durante as negociações. A China opôs-se determinadamente à viabilização de um acordo para a redução obrigatória das suas emissões. Os negociadores do Brasil também não foram construtivos nas salas de discussão, apesar do mediatismo associado às intervenções inspiradoras de Lula. E também a Presidência dinamarquesa mereceu alguma crítica pelo modo como dirigiu as negociações.

Na fase pós-Copenhaga mantêm-se vários pontos de incerteza: quais os níveis de compromissos que serão efetivamente assumidos pelos Estados e qual o futuro dos mecanismos de mercado criados em Quloto?

Muito embora o fracasso da Cimeira se considere superior ao seu êxito, convém não esquecer que o Acordo reconhece a necessidade de se limitar o aumento da temperatura global a um máximo de 2,0°C até 2050, conforme defendido pela UE, e prevê um pacote de

financiamento a ser concedido progressivamente aos países em desenvolvimento, que até 2020 deve atingir 100 mil milhões de euros por ano.

O Acordo estabelece ainda que até 31 de Janeiro de 2010 os países desenvolvidos, incluindo os EUA, devem apresentar compromissos de redução de emissões até 2020 e que os países em desenvolvimento, incluindo a China, devem indicar metas voluntárias de redução de emissões. Uma nota positiva deve ser atribuída a Obama que partiu para a Cimeira sem apoio suficiente do Senado que lhe permitisse assegurar compromissos ambiciosos e que conseguisse sujeitar a verificação e monitorização internacional as ações de mitigação de emissões pelos países em desenvolvimento com apoio financeiro.

E agora? Perante um Acordo que se traduz em meras intenções políticas o grande desafio passará por concretizá-las ao nível de cada Estado e nas próximas sessões negociais em que os Estados se voltarão a encontrar: na Alemanha daqui a 6 meses e na Conferência das Nações Unidas no México no final de 2010. ■

*"E agora? Perante um Acordo que se traduz em meras intenções políticas o grande desafio passará por concretizá-las ao nível de cada Estado e nas próximas sessões negociais".*